

Vogais suplentes:

José Joaquim Martins da Conceição, director do Departamento de Urbanismo, e Miguel Vasco da Graça Ribeiro, chefe da Divisão de Cultura e Educação.

12 — Natureza das provas e métodos de selecção (todos valorizados de 0 a 20 valores):

- Prova teórica escrita de conhecimentos específicos;
- Entrevista profissional de selecção.

12.1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a prova teórica escrita de conhecimentos específicos terá carácter eliminatório, a duração de duas horas e versará sobre a seguinte legislação (com consulta):

- Constituição da República Portuguesa;
- Código do Procedimento Administrativo;
- Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
- Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio;
- Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
- Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

12.2 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, ponderados os seguintes factores: relacionamento interpessoal, em que se avaliará o poder de comunicação e reacção às situações colocadas, cultura geral, pela abordagem de temas da actualidade, capacidades intelectuais, em que se analisará e ponderará a sequência lógica do raciocínio e a fluência e riqueza de expressão verbal dos candidatos, e motivação profissional, em que se correlacionarão as motivações dos candidatos face ao conteúdo e exigências da carreira e categoria em que se inserirão.

13 — A ordenação final dos candidatos, pela aplicação dos referidos métodos de selecção, será expresso de 0 a 20 valores e efectuado de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PTCE + EPS}{2}$$

14 — Os critérios de apreciação e ponderação da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos interessados, sempre que solicitadas.

15 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas de acordo com o estipulado nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, com a adaptação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, sendo afixadas no placard existente no 2.º piso da Câmara Municipal do Fundão — Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, podendo o processo ser consultado, durante as horas normais de expediente, na Secção de Recursos Humanos da mesma autarquia.

16 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na sua progressão profissional, providenciando, escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

17 — Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

25 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Joaquim Barata Frexes*.  
1000308065

## CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

### Aviso n.º 10/06-RH

**Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior de biblioteca e documentação de 2.ª classe.**

#### Nomeação

Engenheiro José Agostinho Ribau Esteves, presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, faz público que, por seu despacho de 13 de

Novembro de 2006, nomeou, definitivamente, para a categoria de técnico superior de biblioteca e documentação de 2.ª classe, Isabel Inês Veiga Vila, classificada em 1.º lugar no concurso em epígrafe.

A candidata dispõe de 20 dias, contados a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, para tomar posse do respectivo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

13 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Agostinho Ribau Esteves*.  
3000220353

## CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

### Aviso n.º 91/2006-DRH

#### Concurso externo de ingresso para admissão de 10 assistentes administrativos

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 16 de Dezembro de 2005, homologuei a acta classificativa dos candidatos aos lugares de assistente administrativo e, por meu despacho de 16 de Agosto do ano em curso, nomeei, para ocupar a vaga entretanto ocorrida em virtude do respectivo titular ter sido nomeado no lugar de assistente administrativo principal da Câmara Municipal de Beja, a candidata graduada em 11.º lugar, com a classificação final de 12,75 valores, Otilia Maria Lopes dos Santos.

A candidata acima referida deverá aceitar o lugar no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Foi consultado o Centro de Estudos e Formação Autárquica, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho, não tendo sido indicado qualquer diplomado.

17 de Outubro de 2006. — A Presidente da Câmara, *Isabel Damasceno Campos*.  
1000307750

### Aviso n.º 92/2006

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 28 de Setembro de 2006, foram renovados os contratos de trabalho a termo resolutivo certo, celebrados entre o município de Leiria e os indivíduos abaixo mencionados, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 139.º e no artigo 140.º, n.º 1, a contrário ambos do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e regulamentado pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, e do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho:

Filipa Cristina Sousa Gama, com a categoria de engenheiro do ambiente de 2.ª classe, com efeitos a 1 de Dezembro de 2006.

Francisco Miguel Gonçalves Roças Santos, com a categoria de técnico superior de Gestão e Administração Pública de 2.ª classe, com efeitos a 15 de Novembro de 2006.

João Paulo Morgadinho Santos, com a categoria de técnico superior de *design* de 2.ª classe, com efeitos a 7 de Novembro de 2006.

Paula Cristina Martins Semedo Coelho, com a categoria de técnico superior de Planeamento Regional e Urbano de 2.ª classe, com efeitos a 2 de Novembro de 2006.

Susana Margarida Pinto Santos, com a categoria de técnico superior de Gestão e Administração Pública de 2.ª classe, com efeitos a 15 de Novembro de 2006.

25 de Outubro de 2006. — A Presidente da Câmara, *Isabel Damasceno Campos*.  
1000307749

## CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

### Edital

#### Alteração de operação de loteamento

#### Discussão pública

Torna-se público que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, decorrerá um período de discussão pública sobre o pedido de alteração da licença de operação de loteamento, registada na Câmara Municipal da Maia sob o n.º 4908/06, em 14 de Junho de 2006, em nome de Sousa Freitas & Soares — Empreendimentos Imobiliários, L.da, lote